



Estratégia
Carreira Jurídica

1º SIMULADO

PGDF

PROCURADOR

1º Simulado Especial

1º Simulado Procurador da PGDF

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso Procurador da PGDF;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PGDF-21-06>

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E	126 – C E	151 – C E	176 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E	127 – C E	152 – C E	177 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E	128 – C E	153 – C E	178 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E	129 – C E	154 – C E	179 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E	130 – C E	155 – C E	180 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E	131 – C E	156 – C E	181 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E	132 – C E	157 – C E	182 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E	133 – C E	158 – C E	183 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E	134 – C E	159 – C E	184 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E	135 – C E	160 – C E	188 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E	136 – C E	161 – C E	186 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E	137 – C E	162 – C E	187 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E	138 – C E	163 – C E	188 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E	139 – C E	164 – C E	189 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E	140 – C E	165 – C E	190 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E	141 – C E	166 – C E	191 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E	142 – C E	167 – C E	192 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E	118 – C E	143 – C E	168 – C E	193 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E	144 – C E	169 – C E	194 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E	145 – C E	170 – C E	195 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	121 – C E	146 – C E	171 – C E	196 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	122 – C E	147 – C E	172 – C E	197 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	123 – C E	148 – C E	173 – C E	198 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	124 – C E	149 – C E	174 – C E	199 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	125 – C E	150 – C E	175 – C E	200 – C E

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcel Torres

- 01.** As gratificações de natureza *pro labore faciendo* são incorporadas à aposentadoria conforme as normas de regência de cada uma delas, não caracterizando ofensa ao direito à integralidade de incorporação em valor inferior ao da última remuneração recebida em atividade por servidor que se aposentou nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.
- 02.** Os guardas civis possuem direito constitucional à aposentadoria especial por exercício de atividade de risco prevista no artigo 40, § 4º, inciso II, da Constituição Federal.
- 03.** Após a reforma constitucional promovida pela EC 103/2019, a Constituição Federal não mais prevê a figura da aposentadoria por invalidez no âmbito do regime próprio de previdência social.
- 04.** Após a reforma constitucional promovida pela EC 103/2019, a Constituição Federal passou a prever que cada ente federal poderá estabelecer, mediante Lei Complementar própria, idade mínima, tempo de contribuição e demais requisitos para aposentadoria no âmbito do RPPS.
- 05.** O cálculo dos proventos devidos em razão de aposentadoria no âmbito do RPPS será feito conforme definido em Lei Complementar de cada ente.
- 06.** Conforme alterações introduzidas pela EC 103/2019, o servidor público que venha a ocupar cargo eletivo será incluído no RGPS.
- 07.** Com o advento da reforma previdenciária, passou a ser obrigatória a instituição de Regime de Previdência Complementar para todos os entes federativos que possuam regime próprio de previdência social.
- 08.** Quando constatado a existência de déficit atuarial no âmbito do RPPS, o ente federado poderá instituir contribuição extraordinária, independentemente da adoção de outras medidas.
- 09.** A reforma constitucional promovida pela EC 103/2019 estabeleceu "pedágio" de 50% quanto ao tempo de contribuição faltante para o atingimento de 30 ou 35 anos de contribuição do segurado filiado ao RGPS que contasse com mais de 28 ou 33 anos de contribuição, acaso, respectivamente, mulher ou homem.
- 10.** A reforma constitucional promovida pela EC 103/2019 previu a possibilidade de extinção do RPPS e migração dos servidores a ele vinculados para o RGPS, por lei do respectivo ente federado, desde que, dentre outros requisitos, o ente de origem assumia integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, além daqueles que já preenchiam os requisitos para implementação antes da extinção.
- 11.** Conforme jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, é cabível habeas corpus contra decisão monocrática de um dos ministros da corte.
- 12.** O Supremo Tribunal Federal não entende pertinente a impetração de Habeas Corpus para trancamento de processo de impeachment.
- 13.** A atuação das CPI representam manifestação de função típica do poder legislativo.
- 14.** Conforme disposto na Constituição Federal, não se admite diferenciação ente brasileiro nato ou naturalizado.
- 15.** Cláusulas pétreas são limitações circunstanciais ao poder constituinte reformador.
- 16.** As CPIs possuem competência para requisitar diligências às autoridades policiais, como localizar o endereço de testemunhas e indiciados, bem como proceder à condução coercitiva destas pessoas.
- 17.** O detentor de sigilo profissional pode se negar a comparecer perante comissão parlamentar de inquérito sem que seja conduzido coercitivamente.
- 18.** Lei disciplinadora da submissão de crédito ao sistema de execução via precatório possui natureza material e processual, sendo inaplicável a situação jurídica constituída em data que a anteceda.

19. A simples ausência de aplicação de uma dada norma jurídica sem observância da regra do *full bench* não caracteriza, apenas por isso, violação da orientação firmada pelo STF.
20. O verbete vinculante 10 da Súmula do Supremo não alcança situações jurídicas em que o órgão julgador tenha dirimido conflito de interesses a partir de interpretação de norma legal.
21. O Distrito Federal possui competência para legislar acerca do tempo máximo de espera de clientes em filas de instituições bancárias.
22. No âmbito da teoria geral da constituição, a noção de “fio condutor” está intrinsecamente ligada ao conceito de constituição nominativa.
23. No âmbito da teoria geral da constituição, as constituições semânticas contêm normas delimitadoras do poder político, entretanto, não dotadas de eficácia, não se concretizam.
24. No âmbito da teoria geral da constituição, a constituição normativa é também chamada de constituição instrumentalista, pois não serve necessariamente para limitação do poder.
25. Segundo o STF, quanto ao sistema de precatórios, não incidem juros da mora entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

26. De acordo com o Código Tributário Nacional, tributo é toda prestação pecuniária, ou in natura que se possa exprimir em moeda, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
27. O Supremo Tribunal Federal possui o entendimento de que é constitucional a previsão em lei distrital de quitação de débitos tributários mediante a dação em pagamento de materiais destinados a atender programas do Governo Distrital.

28. Ao que consta no Código Tributário Nacional, aquela autoridade que é a competente para aplicar a legislação tributária poderá se utilizar da equidade como forma de interpretação e integração da legislação tributária, desde que não resulte na dispensa do pagamento do tributo devido.
29. A antecipação dos efeitos do fato gerador não está expressamente autorizada na Constituição Federal.
30. O ente desapropriante não responde por tributos incidentes sobre o imóvel desapropriado nas hipóteses em que o período de ocorrência dos fatos geradores é anterior ao ato de aquisição originária da propriedade.
31. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, constitui fato gerador do imposto de circulação de mercadorias a saída física de máquinas, utensílios e implementos a título de comodato.
32. Para o Superior Tribunal de Justiça a reponsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação.
33. Para o Superior Tribunal de Justiça a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) compõe o preço final da operação de fornecimento de energia elétrica e está incluída na base de cálculo do ICMS.
34. Há incidência de IPTU sobre imóvel localizado em zona urbana, mesmo quando comprovadamente seja utilizado para exploração agrícola.

- 35.** Para o Supremo Tribunal Federal a isenção do §7º do art. 195 da Constituição Federal (“São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei”) inibe o lançamento tributário de contribuições para seguridade social às entidades beneficentes que são isentas e também aquelas entidades a elas equiparadas, o que não alcança as demais espécies tributárias.
- 36.** De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, em proteção ao pacto federativo, a imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão quando aquele que sucedeu é a União, Estado ou município.
- 37.** Para o Superior Tribunal de Justiça, a compensação de créditos tributários não pode ser deferida por medida liminar
- 38.** Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença
- 39.** Em caso de imóvel arrematado em processo judicial, o cálculo do ITBI deve ser feito com base no valor da avaliação judicial.
- 40.** Para o Supremo Tribunal Federal há incidência de ISS sobre o serviço de locação de bens móveis.
- 41.** Para o Supremo Tribunal Federal o fornecimento de água tratada à população por empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas caracteriza uma operação de circulação de mercadoria.
- 42.** A redução da base de cálculo do ICMS equivale à isenção parcial, o que acarreta a anulação proporcional de crédito relativo às operações anteriores, salvo disposição em lei estadual em sentido contrário.
- 43.** São características da competência tributária a privatividade, a indelegabilidade e a facultatividade.
- 44.** Segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, a imunidade tributária conferida em favor dos templos de qualquer culto abrange também o imóvel destinado à residência de ministro religioso.
- 45.** As normas que instituem procedimento de fiscalização precisam obedecer o princípio da irretroatividade.
- 46.** Em razão das taxas se orientarem por um critério de contraprestação pelo serviço público prestado ou colocado à disposição, o Supremo Tribunal Federal entendeu que não é possível haver influência do princípio da capacidade contributiva do sujeito passivo nesses casos já que o tributo serve para custear aquele serviço público, sendo irrelevante a capacidade contributiva do sujeito passivo desta relação tributária.
- 47.** A taxa e o preço público podem ser instituídos, cobrados e fiscalizados por empresa pública que passe a ser a titular daquele serviço prestado.
- 48.** As limitações ao poder de tributar estão regulamentadas na Constituição Federal, devendo as demais fontes normativas restarem em harmonia com os dispositivos constitucionais limitadores.
- 49.** De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, não pode o município criar taxa para manutenção do serviço de prevenção e o combate a incêndios desempenhado pelo corpo de bombeiros.
- 50.** Para o Superior Tribunal de Justiça o alienante possui legitimidade passiva para figurar em ação de execução fiscal de débitos constituídos em momento anterior à alienação voluntária de imóvel.

DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Vanessa Arns

- 51.** A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

- 52.** É permitida a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do art. 150 da Constituição;
- 53.** Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
I - União: 50% (cinquenta por cento);
II - Estados: 60% (sessenta por cento);
III - Municípios: 60% (sessenta por cento).
- 54.** A efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação faz parte da responsabilidade na gestão fiscal, e não apenas os dispêndios.
- 55.** Considerando o Direito Financeiro Brasileiro e a Lei 4.320/64, a receita é classificada, principalmente, nas seguintes categorias econômicas: Receitas Econômicas e Receitas Financeiras.
- 56.** São Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 1982)
- 57.** São Receitas de Capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- 58.** Quanto ao regime de precatórios, analise a afirmativa abaixo:
“Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão o hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, proibido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório. “
- 59.** Quanto ao regime de precatórios, analise a afirmativa abaixo:
“O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.
- 60.** Quanto ao regime de precatórios, analise a afirmativa abaixo:
“Cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.”
- 61.** Quanto ao regime de precatórios, analise a afirmativa abaixo:
Incidem juros de mora entre a inclusão do precatório no orçamento e o efetivo pagamento dentro do exercício financeiro seguinte à sua apresentação.
- 62.** Quanto ao regime de precatórios, analise a afirmativa abaixo:
A exceção prevista no art. 100, § 1º da Constituição, em favor dos créditos de natureza alimentícia, dispensa a expedição de precatório, e são isentos da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza.
- 63.** Quanto ao regime de precatórios, analise a afirmativa abaixo:
Fazenda Pública não pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório.
- 64.** Quanto ao regime de precatórios, analise a afirmativa abaixo:
Os atos do presidente do tribunal que disponham sobre processamento e pagamento de precatório não têm caráter jurisdicional.
- 65.** A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:
Realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

66. Com fundamento na disciplina que regula o direito financeiro e nas normas sobre orçamento constantes na CF, julgue o item a seguir

Na LDO será estabelecida a política de aplicação a ser executada pelas agências oficiais de fomento.

67. Com base na Constituição Federal de 1988, julgue o próximo item.

Imóveis públicos de um estado federado podem ser adquiridos mediante pagamento realizado pela entrega de créditos em precatórios do respectivo ente federado, conforme estabelecido por lei da entidade federativa devedora.

68. Com relação ao orçamento participativo e à gestão por resultados na administração pública, julgue o próximo item.

O orçamento participativo é fundamentado na discussão de prioridades com a população organizada, por isso se contrapõe ao orçamento-programa, que é construído com base em preceitos racionais-legais que não contemplam a participação popular.

69. Considerando a Constituição Federal de 1988, julgue a alternativa abaixo

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle interno, e pelo sistema de controle externo de cada Poder.

70. A lei orçamentária anual compreenderá:

O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

71. Com relação ao regime jurídico da Administração Pública, julgue a assertiva a seguir:

O princípio da eficiência não possui aplicação prática e direta no ordenamento jurídico, tendo em vista que é um conceito jurídico indeterminado e não possui regulamentação legislativa, não sendo possível

anular um ato administrativo por violação direta a este princípio.

72. Com relação ao regime jurídico da Administração Pública, julgue a assertiva a seguir:

Considerando que a vedação ao nepotismo não se aplica aos cargos políticos, é possível a nomeação da esposa do prefeito para o cargo de secretária de saúde do Município, ainda que condenada por improbidade administrativa com sentença transitada em julgado.

73. Quanto às agências reguladoras, julgue o próximo item

Às agências reguladoras se aplica um regime jurídico especial, que é caracterizado, em linhas gerais, pela ausência de subordinação hierárquica com a administração direta e por sua autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira. Exemplo de características peculiares das agências reguladoras são a estabilidade reforçada dos dirigentes e a quarentena de saída.

74. A administração pública pretende celebrar duas parcerias com o terceiro setor, sendo a primeira com repasse de recursos financeiros e a segunda sem. A parceria será firmada com organização da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco no âmbito da educação pública. Com relação a essa situação hipotética, julgue o próximo item, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014. Os instrumentos adequados para as referidas parcerias são, respectivamente, o termo de colaboração e o termo de fomento.

75. Relativamente às diferenças entre a organização social (OS) e a organização da sociedade civil para o interesse público (OSCIP), julgue a próxima assertiva:

A qualificação da OS é um ato discricionário e a qualificação da OSCIP é um ato vinculado, enquanto a parceria com a OS é realizada por contrato de gestão e a parceria com a OSCIP é realizada por termo de parceria.

76. Quanto aos poderes administrativo, julgue a assertiva a seguir.

No exercício do poder disciplinar, a Administração penitenciária pode punir internamente o preso que cometer infração administrativa.

77. Especificamente quanto ao poder de polícia administrativa, julgue a assertiva a seguir:

O Decreto Municipal proibindo a instalação de dois ou mais hipermercados por cada bairro da cidade é constitucional, porque tal ato decorre do poder de polícia da Administração Pública.

78. Relativamente ao poder de polícia, julguem o item a seguir

São características do poder de polícia a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade, sendo este último a característica que permite a execução direta, imediata e forçada, sem a necessidade de prévia autorização do Poder Judiciário.

79. Relativamente ao poder de polícia e sua delegação, julguem o item a seguir

É possível a delegação irrestrita do poder de polícia administrativa para entidades privadas da Administração Pública Indireta, especialmente as sociedades de economia mista e empresas públicas prestadoras de serviços públicos.

80. Um secretário do Estado Delta removeu, de ofício, um servidor público lotado na capital para o interior do Estado. Apurou-se que a motivação do secretário era trocar o responsável por um determinado processo administrativo disciplinar. Diante dessa situação hipotética, julgue a assertiva abaixo

O ato de remoção é nulo por abuso de poder, na modalidade excesso de poder, devendo ter a sua nulidade declarada pela própria Administração Pública, no exercício da autotutela, ou ser anulado pelo Poder Judiciário, quando provocado.

81. Com relação aos elementos e aos atributos do ato administrativo, julgue a assertiva a seguir

O atributo da tipicidade estabelece que o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados

82. Em relação ao tema da extinção e convalidação dos atos administrativos, julgue a assertiva a seguir

Com a convalidação regulariza-se o ato que possui defeitos sanáveis, desde a origem.

83. Quanto aos contratos administrativos,

repactuação é a alteração bilateral do contrato, visando a adequação dos preços contratuais aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

84. O Estado delta contratou uma empresa, mediante prévia licitação, para reforma do prédio principal do Governo do Estado. No entanto, diante da nova realidade imposta pela pandemia, o Governo decidiu que colocaria diversos servidores em home office, razão pela qual pretende reduzir a o objeto do contrato de reforma a ser realizada em sua sede, vez que não será mais necessária a utilização por estes servidores de diversas salas. Neste caso

a Administração Pública poderá promover a alteração unilateral do contrato para reduzir o seu objeto em até 50% (cinquenta por cento), tendo em vista que se trata de reforma.

85. O Estado delta precisa contratar empresas administradoras de pátios para realizar depósito de veículos apreendidos pelo Poder Público. A intenção é contratar o máximo de empresas possíveis, desde que preencham certos requisitos. Sabe-se que, naquele Estado, existem, ao menos, cinco interessados em prestar tal objeto. Neste caso

A melhor forma de contratação é por meio de inexigibilidade de licitação, tendo em vista que não há possibilidade de competição.

86. O Estado delta precisa contratar empresas administradoras de pátios para realizar depósito de veículos apreendidos pelo Poder Público. A intenção é contratar o máximo de empresas possíveis, desde que preencham certos requisitos. Sabe-se que, naquele Estado, existem, ao menos, cinco interessados em prestar tal objeto. Neste caso

O Estado poderá realizar credenciamento, estabelecendo critérios de classificação para a escolha de qual pátio deverá receber primeiro os veículos apreendidos.

87. Em relação à concessão de serviços públicos, comum e especial (PPPs), julgue o item a seguir.

Quando se tratar da prestação de serviços dos quais a administração pública seja a usuária direta ou indireta, poderá ser celebrado contrato de parceria público-privada na modalidade concessão administrativa.

88. Com relação à lei 13.448/2017, julgue o item a seguir.

Relicitação é o procedimento que compreende a extinção judicial do contrato de parceria e a celebração de novo ajuste negocial para o empreendimento, em novas condições contratuais e com novos contratados, mediante licitação promovida para esse fim, apenas no que diz respeito aos contratos de parceria definidos nos termos da lei 13.334/2016 nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da Administração Pública federal.

89. Alfredo, agente público do Estado Alfa, foi processado criminalmente após denúncia de cometimento de crime previsto no Código Penal. Após o devido processo legal, foi absolvido por falta de provas. Neste caso, havendo também processo administrativo disciplinar (PAD), julgue a assertiva a seguir

O processo administrativo disciplinar deverá ser julgado improcedente, tendo em vista a absolvição na esfera penal.

90. Alfredo, agente público do Estado Alfa, foi processado criminalmente após denúncia de cometimento de crime previsto no Código Penal. Após o devido processo legal, foi absolvido por falta de provas. Neste caso, havendo também processo administrativo disciplinar (PAD), julgue a assertiva a seguir

Não é possível a utilização, no processo administrativo disciplinar, de prova emprestada devidamente autorizada na esfera criminal.

91. Em relação à lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/92) julgue o próximo item.

Se o agente público for detentor de foro especial por prerrogativa de função, este deverá ser respeitado na ação por improbidade administrativa, não sendo viável o processo e o julgamento na primeira instância.

92. Em relação à lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/92) julgue o próximo item.

Configura bis in idem a condenação por meio de sentença cível em ação civil pública de improbidade administrativa e a condenação administrativa imposta pelo TCU pelo mesmo fato.

93. Em relação à lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/92) julgue o próximo item.

O Presidente da República, os Ministros de Estado e os Ministros do STF não estão sujeitos à lei de improbidade administrativa, uma vez que se sujeitam a um regime de responsabilidade político-administrativa específico.

94. Sobre a responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir

O Estado será responsabilizado objetivamente por maus tratos de detento, tanto pelos danos materiais quanto pelos danos morais, tendo em vista o seu dever de manter padrões mínimos de humanidade nos presídios.

95. Sobre a responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir

Em nenhuma hipótese o Estado poderá ser responsabilizado por atos legislativos.

DIREITO URBANÍSTICO

Igor Maciel

96. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas na lei estadual específica.

97. O Plano Diretor é obrigatório para os Estados com mais de vinte mil habitantes.

98. As regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas deverão contar com plano de desenvolvimento urbano integrado, aprovado mediante lei estadual.

99. Em relação à Lei nº 6.766/79, dentre as diferenças descritas entre loteamento e desmembramento, o primeiro permite a abertura de novas vias de circulação e o segundo não.

- 100.** Será permitido o parcelamento do solo em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, desde que o saneamento seja realizado no prazo de 30 (trinta) dias a contar do início dos procedimentos.
- 101.** No projeto de loteamento urbano deverá constar as diretrizes para uso do solo, sendo posteriormente protocolados e submetidos a análise da Prefeitura Municipal ou Distrito Federal.
- 102.** Dentre as diretrizes da aplicação da política urbana previstas no Estatuto da Cidade está a possibilidade do Poder Público de recuperar os investimentos que tenham resultado em valorização de imóveis urbanos.
- 103.** O Estatuto da Cidade permite a notificação de proprietários de imóveis que determine a edificação ou a utilização do solo urbano não edificado. Nesses casos, a transmissão do imóvel, por ato inter vivos ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização, renovando-se o prazo anterior.
- 104.** Quanto ao exercício do direito de preempção, o proprietário deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que o Município, no prazo máximo de trinta dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.
- 105.** Em relação à política de desenvolvimento urbano e ao procedimento da desapropriação pelo Poder Público, julgue a afirmação a seguir:
A desapropriação de imóveis urbanos pelo Poder Público será sempre feita com pagamento mediante títulos da dívida pública.
- 106.** Em relação à política de desenvolvimento urbano e ao procedimento da desapropriação pelo Poder Público, julgue a afirmação a seguir:
Os títulos da dívida pública que servirão de pagamento nos casos de desapropriação de imóveis urbanos deverão ter a sua emissão previamente aprovada pela Câmara dos Deputados.
- 107.** O Município poderá, caso cabível e necessário, tomar um bem da União.

- 108.** A ação popular que tiver por objeto o superfaturamento de obras públicas relacionadas ao planejamento urbano poderá ser proposta por pessoa jurídica.
- 109.** Terá legitimidade para propor ação civil pública que tenha por objeto o gasto público em obra de urbanização o Ministério Público e a Defensoria Pública, podendo ambos proporem a ação principal, mas apenas o Ministério Público poderá propor a ação cautelar.
- 110.** Os imóveis urbanos privados abandonados cujos proprietários não possuam a intenção de conservá-los em seu patrimônio ficam sujeitos à arrecadação pelo Município ou pelo Distrito Federal na condição de bem vago, o que poderá ocorrer quando o proprietário, cessados os atos de posse sobre o imóvel, não adimplir os ônus fiscais instituídos sobre a propriedade predial e territorial urbana, por cinco anos.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

- 111.** Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, os danos ambientais individuais, também chamados danos reflexos ou danos em ricochete, são imprescritíveis.
- 112.** A responsabilidade administrativa em matéria ambiental é de ordem objetiva, ou seja, independe de culpa ou dolo, sendo calcada na teoria do risco integral.
- 113.** Uma propriedade rural situada na região sul do país deve manter, a título de reserva legal, uma área mínima de 20%, conforme determinado no código florestal.
- 114.** As autoridades ambientais encontraram uma casa de campo muito antiga às margens de um curso d'água, em área considerada de preservação permanente, casa que era usada para recreação de seus proprietários. Tal construção não poderá ser demolida por descumprir normas ambientais ante o enorme transcurso do tempo, devendo-se aplicar a teoria do fato consumado.

115. No decorrer do procedimento administrativo federal de licenciamento ambiental podemos encontrar a licença de instalação, a licença de operação e a licença prévia. Esta última é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

116. A concessão florestal, um dos instrumentos econômicos da Política Nacional do Meio Ambiente, se perfaz por meio de um contrato, precedido de licitação na modalidade concorrência, em que se transfere ao concessionário o direito de explorar, de forma sustentável, os recursos florestais, excluindo os serviços florestais, por tempo determinado.

117. A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua. Sendo temporária, seu prazo mínimo será de 10 (dez) anos.

118. Atuação subsidiária pode ser conceituada como a ação do ente da Federação que visa a auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo ente federativo originariamente detentor das atribuições definidas na LC 140/2011.

119. Compete ao Distrito Federal licenciar empreendimentos/atividades localizados ou desenvolvidos em terras indígenas, desde que estas terras estejam inseridas em seu território.

120. Em decorrência de uma maior eficiência na tutela ambiental, o princípio da cooperação dos povos demanda, por parte de cada país, a renúncia de uma parcela de soberania sobre os respectivos bens ambientais em prol de uma proteção integral do meio ambiente.

121. A estação ecológica e a reserva biológica não necessitam de consulta pública para serem criadas.

122. Os Estados e o Distrito Federal possuem a titularidade das águas subterrâneas em nosso país.

123. Segundo o STJ, a formalização de uma unidade de conservação não tem o condão de invalidar as licenças ambientais anteriormente concedidas, haja vista serem consideradas atos jurídicos perfeitos.

124. O Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA terá como órgão central o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

125. Segundo a Lei Federal nº 10.257/2001, em caso de descumprimento do dever de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios do solo urbano, o DF procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

126. Em dezembro de 2019, Josué, mediante ameaça exercida por arma de fogo, constrangeu Marta a lhe entregar a bolsa. Logo após o roubo, ainda correndo com a bolsa, foi abordado por guarda municipais e preso em flagrante, ao averiguarem que havia roubado a bolsa. Considerando que a arma não é de uso proibido ou restrito, deve responder por roubo consumado, majorado de um terço a metade.

127. A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, salvo se o Tribunal do Júri vier a desclassificar o crime.

128. Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.

129. A condenação interrompe a prescrição. Entretanto, o acórdão confirmatório da condenação não a interrompe, conforme entendimento consolidado nos tribunais superiores.

130. Alberto tomou posse como Procurador em Brasília, onde havia passado toda a sua vida.

Recebeu um ofício do Tribunal de Contas, requerendo providências administrativas do Distrito Federal sobre possível uso de servidores públicos para prestação de serviços na casa de um secretário de Governo. Logo em seguida, ele se recordou de que o secretário era amigo de sua família de longa data, sendo tomado por sentimento pessoal de gratidão, e escondeu o ofício.

Considerando que Alberto não praticou as diligências devidas, transgredindo normas de serviço, para evitar a descoberta de eventual ato de improbidade administrativa, praticou o crime de corrupção passiva privilegiada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

A respeito da jurisdição e competência, julgue os itens a seguir, tendo em vista as normas previstas no Código de Processo Penal e a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores.

131. As hipóteses de foro por prerrogativa de função, segundo o STJ e ordinariamente, restringem-se àquelas em que o crime for praticado em razão e durante o exercício do cargo ou função.

132. No concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração à qual for cominada a pena mais grave.

133. O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo.

134. É desnecessária, segundo o STJ, a resposta preliminar nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, na ação penal instruída por inquérito policial.

135. Todos os elementos informativos produzidos no inquérito, necessariamente e sem exceção, para que possam ser usados pelo juiz na formação da sua convicção, em sentença, necessariamente precisam ser reproduzidos em juízo, com contraditório e ampla defesa.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

136. Considerando a jurisprudência do STJ e as disposições do Código Civil, julgue o item que se segue, acerca da responsabilidade civil.

A sanção civil de pagamento em dobro por cobrança de dívida já adimplida não pode ser pleiteada na defesa do réu, independentemente da propositura de ação autônoma ou de reconvenção.

137. À luz das disposições do direito civil pertinentes ao processo de integração das leis, aos negócios jurídicos, à prescrição e às obrigações e contratos, julgue o item a seguir.

O conflito de normas que pode ser resolvido com a aplicação dos critérios cronológico e de especialidade é classificado como antinomia aparente de segundo grau.

138. Julgue o item a seguir, referente a atos ilícitos. Com base nas disposições do Código Civil acerca de contratos, julgue o item subsequente.

O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador.

139. Com base nas disposições do Código Civil acerca de contratos, julgue o item subsequente.

Ocorrendo a presença de defeito oculto de coisa recebida em decorrência de contrato comutativo, caso o proprietário originário não tenha conhecimento do referido vício, deverá restituir o valor recebido do contrato, acrescido de indenização por perdas e danos

140. Considerando as disposições atinentes ao contrato de penhor, direito de herança e registros públicos, julgue o seguinte item.

É legítimo o contrato de penhor de veículo firmado mediante instrumento público ou particular, cujo prazo máximo de vigência é de três anos, não cabendo, neste caso, qualquer tipo de prorrogação.

141. De acordo com a situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

Uma empresa de loteamentos adquiriu de Joice a posse de um terreno urbano no centro de Guaramiranga que, a cerca de 5 anos, ela ocupava de forma mansa, pacífica e com justo título. Nessa situação, para efeito de tempo exigido para a aquisição por usucapião, a empresa poderá contar com o tempo da posse exercida por Joice.

142. Acerca do estudo das obrigações, julgue o item que se segue.

Windherisson firmou com Luisa contrato em que se comprometeu a entregar-lhe, mediante pagamento na data da entrega, determinado bem cujas especificações foram definidas no momento da negociação. Em função da demora na entrega do bem, ocasionada exclusivamente por Windherisson, a coisa estragou-se por completo.

Nesse caso, Windherisson poderá exigir indenização equivalente à totalidade do dano suportado com a perda do bem.

143. Acerca de direitos da personalidade, julgue o item seguinte.

Uma pessoa, plenamente capaz sob a ótica do direito civil, poderá firmar contrato que limite seus direitos da personalidade, caso o acordo seja-lhe economicamente vantajoso.

144. Acerca dos atos e fatos jurídicos e da decadência, julgue o item a seguir.

A reserva mental não tornará o negócio inválido, salvo se a outra parte tiver conhecimento anterior dessa reserva.

145. A respeito da pessoa natural, da pessoa jurídica e dos bens, julgue o item que se segue.

Comoriência corresponde à simultaneidade do falecimento de duas ou mais pessoas, sendo impossível determinar-se qual delas morreu primeiro. Nesse contexto, é dispensável que as mortes decorram do mesmo evento fático, sendo essencial apenas a simultaneidade dos óbitos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

Em relação à competência, julgue os itens a seguir:

146. Cabe à Justiça Comum (estadual ou federal) julgar ações contra concurso público realizado por órgãos e entidades da Administração Pública para contratação de empregados celetistas.

147. Se o Estado ou Distrito Federal for o demandado, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor ou no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, apenas.

148. Aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público pode ser aplicada a multa, pelo juiz, por ato atentatório à dignidade da justiça quando descumprirem as decisões jurisdicionais ou criarem embaraços à sua efetivação.

Quanto litigância de má-fé, julgue as 2 assertivas que seguem:

149. Pelo novo CPC, a condenação por litigância de má-fé impõe o pagamento de multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, além do dever de indenizar a parte pelos prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios.

150. O dano processual é pressuposto para a aplicação da multa por litigância de má-fé.

151. Se a citação do réu foi inválida, a presença do curador especial, nas hipóteses do art. 72, CPC, corrige esse defeito, devendo o processo prosseguir normalmente.

152. Nos termos do art. 90, §3º, CPC, se a transação ocorrer antes da sentença, ficarão as partes dispensadas das custas processuais remanescentes.

Gabarito: Certo

Comentários: o art. 90, § 3º, CPC estabelece que se a transação ocorrer antes da sentença, as partes ficam dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver.

153. O CPC/15 inovou ao prever que as perícias requeridas pela Fazenda, MP ou Defensoria poderão ser realizadas por entidade pública ou, havendo previsão orçamentária, ter os valores adiantados por aquele que requerer a prova.

No que concerne aos honorários advocatícios, julgue os 2 itens a seguir:

154. Não é possível condenação em honorários advocatícios no julgamento de reclamação.

155. Configura supressão de grau de jurisdição o arbitramento no STJ de honorários de sucumbência com base no CPC/2015, na hipótese em que as instâncias ordinárias utilizaram equivocadamente o CPC/1973 para a sua fixação.

156. A declaração, pelo magistrado, de suspeição por motivo superveniente tem efeitos retroativos, importando em nulidade dos atos processuais praticados em momento anterior ao fato ensejador da suspeição.

157. Realizada a citação, não poderá o autor, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

158. Capacidade processual é a aptidão para praticar os atos processuais independentemente de representação ou assistência.

159. De acordo com o Código de Processo Civil, um cônjuge somente pode propor uma demanda real imobiliária com o consentimento do outro, salvo se casados em separação absoluta de bens. Trata-se de necessidade de formação de litisconsórcio ativo necessário.

160. A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa

161. Na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios.

Sobre atuação da Fazenda Pública em juízo, julgue os itens a seguir:

162. É cabível ação rescisória contra decisão do Presidente do STJ proferida em Suspensão de Liminar e de Sentença, mesmo que transitada em julgado.

163. Em ação possessória entre particulares é cabível o oferecimento de oposição pelo ente público, alegando-se incidentalmente o domínio de bem imóvel como meio de demonstração da posse.

164. Não são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.

A respeito do procedimento comum, julgue os 3 itens a seguir:

165. Na petição inicial de ação indenizatória fundada em dano moral, o autor deve sempre apresentar pedido genérico, porque a iliquidez do pedido decorre da natureza do dano sofrido.

166. No seguro de responsabilidade civil facultativo, cabe o ajuizamento de ação pelo terceiro prejudicado direta e exclusivamente em face da seguradora do apontado causador do dano.

167. Autorizam o julgamento de improcedência liminar do pedido: os enunciados de súmula do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, acórdãos proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal em julgamento de recursos repetitivos, entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência e enunciado de súmula de Tribunal de Justiça sobre direito local.

168. De acordo com o STJ, coexistindo execução fiscal e execução civil, contra o mesmo devedor, com pluralidade de penhoras recaindo sobre o mesmo bem, o produto da venda judicial, por força de lei, deve satisfazer o credor do processo em que primeiro se efetivou a penhora.

A respeito dos meios de impugnação às decisões judiciais, julgue os 2 itens a seguir:

169. Não cabe agravo de instrumento contra a decisão que aplica multa por ato atentatório à dignidade da justiça pelo não comparecimento à audiência de conciliação.

170. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para garantir a observância de enunciado de súmula vinculante, de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Assunto: Do Empresário: da capacidade (arts. 972 a 980 do CC)

171. Sobre a figura do empresário, é correto afirmar que cônjuges casados sob o regime da comunhão universal ou da separação convencional de bens não poderão contratar, entre si, sociedade.

172. O empresário casado poderá alienar imóvel que integre o patrimônio da empresa desde que haja outorga conjugal, exceto se o matrimônio se submeter ao regime da separação convencional de bens.

173. A pessoa física prestadora de serviços de natureza artística, os quais constituam elemento de empresa, deverá necessariamente inscrever-se no Registro Público de Empresas Mercantis antes do início das suas atividades.

174. Considera-se empresário aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada destinada à produção ou circulação de bens ou serviços, afastadas as atividades de natureza intelectual, por serem tipicamente civis.

Assunto: Sociedade Simples (arts. 997 a 1.027 do CC)

175. A sociedade simples integra-se por sócios que não podem ser substituídos, no exercício de suas funções, sem o consentimento dos demais sócios, expresso em modificação do contrato social.

176. A sociedade simples pode estipular livremente, em seu contrato, a exclusão de qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.

Assunto: Sociedade Limitada (arts. 1.052 a 1.087 do CC)

177. O direito brasileiro disciplina diferentes tipos de sociedades empresariais caracterizados por formas diversas de responsabilidade. Assim, na sociedade limitada, a responsabilidade dos sócios pela integralização do capital é restrita ao valor de suas quotas.

Assunto: Disposições Comuns à Recuperação Judicial e à Falência (Arts. 5º a 46 da Lei nº 11.101/2005)

178. As disposições sobre recuperação judicial e falência da Lei nº 11.101/2005, não se aplicam às empresas públicas e sociedades de economia mista.

Assunto: Da Recuperação Judicial e da Convoção da Recuperação Judicial em Falência (Arts. 47 a 74)

179. A lei Federal nº 11.101/2005 determina que a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

180. Sobre a recuperação judicial de empresas, é correto afirmar que o devedor poderá requerer recuperação judicial obedecendo o requisito de que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e não tenha sido condenado ou não ter, como sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

181. Acerca dos contratos de trabalho celebrados com a Administração Pública sem concurso público, após a Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir:

(...) O contrato de trabalho é nulo, somente conferindo ao trabalhador direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário-mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

182. Sobre os períodos de descanso entre as jornadas de trabalho, disciplinados na Consolidação das Leis do Trabalho, julgue o item a seguir:

(...) A não concessão do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com

acréscimo de 70% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

183. Acerca das hipóteses em que o negociado se sobrepõe ao legislado, julgue o item a seguir:

(...) A convenção coletiva de trabalho que dispuser sobre banco de horas anual, enquadramento de grau de insalubridade e modalidade de registro de jornada de trabalho terá prevalência sobre a lei.

184. A respeito da jornada de trabalho, em especial, regime de tempo parcial, julgue o item a seguir:

(...) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta e seis horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais.

185. Considerando-se o entendimento dos tribunais superiores acerca das atividades perigosas, julgue o item a seguir:

(...) O trabalho exercido em condições perigosas, mas de forma intermitente, não gera ao empregado o direito ao recebimento do adicional de periculosidade, uma vez que o risco nesse caso é reduzido.

186. Considerando o disposto na Lei n.º 13.467/2017, quanto a jornada de trabalho, julgue o item a seguir:

(...) O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

187. Acerca do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, conhecido como FGTS, julgue o item a seguir:

(...) Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual da multa rescisória será reduzido para dez por cento.

188. Considerando a jurisprudência do TST a respeito da rescisão do contrato de trabalho, julgue o item seguinte.

(...) Jurema frequentemente se atrasava para o início de sua jornada de trabalho, atingia produção bem inferior àquela realizada pelos colegas de sua equipe, além de apresentar um número elevado de faltas injustificadas. Por tais razões, após ser advertida e outrora suspensa, o empregador por novos fatos de atraso, poderá lhe dispensar por justa causa na modalidade de desídia.

189. Acerca da estabilidade provisória, julgue o item a seguir:

(...) Os empregados cipeiros que foram eleitos para participar da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes gozam de estabilidade provisória em seus empregos, desde o momento do registro de suas candidaturas até um ano após o término do mandato.

190 – Segundo os parâmetros de indenização por danos extrapatrimoniais, estabelecidos pela Lei n. 13.467, de 2017, julgue o item a seguir:

(...) No caso de ofensa grave, o juiz fixará indenização até o limite de vinte vezes o valor do salário mínimo à época da sentença.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessoa

191. Na Justiça do Trabalho a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

192. Em execução trabalhista movida por empregado celetista, da decisão proferida nos embargos à execução que seja desfavorável ao Estado, incumbirá ao Procurador interpor recurso ordinário

193. Quanto aos recursos no Processo Judiciário do Trabalho, conforme normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho: O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores

impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.

194. Em relação à competência da Justiça do Trabalho, segundo a Constituição da República, a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as Súmulas da Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, para as ações que atualmente venham a ser ajuizadas, a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação penal de crime de redução à condição análoga de escravo.

195. As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão entre 6 (seis) e 20 (vinte) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

196. É cabível, no processo do trabalho, Recurso Ordinário contra a decisão que concede tutela provisória antes da sentença.

197. É cabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento, desde que a decisão revele ofensa direta e literal de norma da Constituição.

198. As testemunhas comparecerão a audiência independentemente de notificação ou intimação, sendo que aquelas que não comparecerem serão intimadas, ex officio ou a requerimento da parte, ficando sujeitas a condução coercitiva, além da penalidade de multa, caso, sem motivo justificado, não atendam à intimação.

199. O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

200. A apresentação da exceção de incompetência territorial deve se dar prazo de oito dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PGDF-21-06>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Cursos para o concurso da PGDF

Confira nossos cursos:

[**Curso para PGDF\(Procurador\)**](#)